

<http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Noticiario.asp?id=111384>



Chipp atribui à interpretação de fiscal conclusão sobre gastos excessivos do ONS

Aneel admite que não pode punir o órgão sem definição de critérios de gestão

Sueli Montenegro, da Agência CanalEnergia, de Brasília, Regulação e Política

14/04/2016 - 14:52h

"Gestão eficiente está na cabeça de cada um. Se você não escrever, cada um vai fazer a gestão que acha mais eficiente. Essas coisas são muito pequenas, não são irregularidades", disse o executivo, após participar de fórum de debates promovido pela agência e pelo Instituto Acende Brasil sobre os desafios da transmissão. Chipp apontou "equivocos" no relatório e lembrou que o documento é inconcluso e a própria Aneel reconheceu que foi inadequada sua divulgação.

O ONS pediu extensão do prazo para apresentar à agência as justificativas para cada uma das questões apontadas. Findo o prazo, o processo ainda terá de passar pelo superintendente de fiscalização e, em última instância, pela diretoria da agência.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, confirmou que o relatório inicial reflete a posição do fiscal, e não da agência reguladora. Rufino reconheceu que o documento foi anexado de forma incorreta ao processo, o que tornou públicas as avaliações da fiscalização, antes que se chegasse a uma conclusão. Segundo ele, a agência já pediu desculpas ao ONS. "Houve um equívoco que foi corrigido ainda que tardiamente. Retiramos o documento, que passou a fazer parte de um processo de fiscalização própria."

Rufino disse que não vai fazer pré-julgamentos e admitiu dificuldades para aplicar punições ao ONS, sem antes definir critérios de gestão para o órgão. "O ONS tem uma característica diferenciada. É uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, mas é custeada em grande medida com recursos públicos. Quando se tem uma crise de identidade dessa natureza, a dificuldade é muito maior [para definir] o que é e o que não é elegível", lembrou, usando como exemplo oposto a situação de uma distribuidora de energia, que não tem certos tipos de despesa reconhecidos na tarifa.

A Aneel abriu audiência pública com uma proposta de governança e de custeio dos gastos do operador do sistema, que hoje são bancados majoritariamente pelo consumidor na tarifa de energia. A proposta em audiência defende que o orçamento seja custeado pelos agentes, a exemplo do que acontece na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Rufino frisou que no passado o modelo adotado para o extinto Mercado Atacadista de Energia, antecessor da CCEE, não deu certo, o que levou ao modelo atual.